

O médico não é uma ilha

ROGÉRIO WOLF DE AGUIAR *

Já há alguns anos, o governo federal insiste em facilitar o ingresso no país de médicos formados em Cuba, sob o pretexto de que os médicos brasileiros rejeitam trabalhar nos lugares mais distantes do nosso imenso território. Agora, o governo anuncia que irá contratar 6 mil médicos cubanos.

O Cremers e todas as entidades médicas brasileiras são frontalmente contrários a essa iniciativa, que antes de tudo contraria a legislação e, o que é intrigante, ignora um programa do próprio governo, o Revalida, criado para avaliar a capacidade do médico formado no Exterior _ e não apenas em Cuba _ que deseja exercer a medicina no Brasil.

É preciso deixar muito claro que não há falta de médicos no país. O censo que o Conselho Federal de Medicina divulgou recentemente mostra que o Brasil tem, em média, mais do que o dobro do preconizado pela Organização Mundial da Saúde.

Entretanto, há uma enorme irregularidade na distribuição dos médicos, que se concentram nos grandes centros urbanos.

Antes de importar médicos, independentemente da nacionalidade, o governo deveria, isto sim, criar um programa de interiorização, que começaria pela criação de uma carreira de Estado para os médicos e demais profissionais da saúde.

É conveniente para a União dizer que os médicos brasileiros não querem trabalhar nos lugares mais remotos. É uma forma de isentar-se da responsabilidade que tem pelo subfinanciamento do Sistema Único de Saúde e pela ausência de uma política de saúde que regionalize o atendimento. Quantos hospitais regionais foram construídos ou equipados no Rio Grande do Sul, para que os pacientes tivessem atendimento próximo de suas residências, sem necessidade de deslocamento para a Capital? Nenhum.

Faltam médicos no SUS _ como podem confirmar todos aqueles que esperam meses até conseguir atendimento médico _ e sobra desfaçatez para remunerar os médicos em R\$ 2 por consulta ambulatorial e cerca de R\$ 10 por consulta especializada.

Os prefeitos se queixam de que faltam médicos. Sim, e as razões para isso são muitas, entre elas: empregos sem estabilidade; nenhuma garantia de que irão permanecer ao final do

mandato do prefeito; falta de equipamentos, materiais e dificuldades de acesso a exames laboratoriais. Some-se a isso, ainda, a inexistência de um sistema regulador eficiente de leitos. Nesse contexto, teremos mais um médico perdido num local distante, com um paciente grave na sua frente, pendurado horas num telefone, tentando conseguir transferência do enfermo. Isto acontece diariamente em nosso Estado, não apenas na Amazônia. O médico não é uma ilha, não trabalha isolado, sem apoio, sem suporte.

O outro ponto crítico é a intenção de revalidação automática de diploma, passando por cima dos jovens que se submetem ao vestibular, cursam uma faculdade inteira e fazem residência médica. É uma temeridade e uma irresponsabilidade permitir que pessoas com diploma médico obtido no Exterior exerçam a medicina sem passar por qualquer processo de avaliação. É um risco à população.

Continuamos com o nosso lema: não se faz saúde sem médicos. Mas médicos que cumpram as leis brasileiras, que sejam devidamente fiscalizados e que tenham comprovada sua qualificação. Médicos que possam encontrar nos locais de trabalho um mínimo de condições para exercer a profissão com dignidade.

* Presidente do CREMERS